

## Da ideologia do branqueamento à branquitude: reflexões sobre brancura e identidade racial branca

**DANIARA THOMAZ FERNANDES MARTINS\***

**Resumo:** De quais formas podemos perceber a presença da ideologia do branqueamento nos dias de hoje? Como o ideal branco, resultado direto dessa política branqueadora tão entusiasmada pelo Estado nacional durante o século XIX, pode ser analisado atualmente? No presente texto, buscamos construir um diálogo entre algumas considerações teóricas acerca da ideologia do branqueamento e as recentes produções no campo dos estudos da branquitude brasileira. A proposta é demonstrar como essa política de branqueamento em nosso país contribuiu para a formação desse fenômeno racial denominado como branquitude, por meio dos signos e status sociais atribuídos à brancura a partir do século XIX. Para tanto, faremos uso de textos produzidos no âmbito das Ciências Humanas brasileiras que colocaram em evidência a questão da política branqueadora no Brasil, colocando-os em diálogo com os escritos atuais sobre identidade racial branca nas áreas de Psicologia Social, História, Antropologia e Sociologia.

**Palavras-chave:** Relações étnico-raciais; Ideal branco; Racismo; Teorias raciais.

### **From whitewashing ideology to whiteness: thoughts on whitening and white racial identity**

**Abstract:** In which ways can we realize the presence of whitewashing ideology, nowadays? How can the white imaginary, a direct result of this whitening policy so enthusiastic by the national State during the XIX's, currently be analyzed? This paper is aimed to build a dialogue between some theoretical considerations about the Whitening Ideology and some recent productions in the field of Brazilian whiteness studies. The proposal is to demonstrate how this whitening policy in our country contributed to the formation of this racial phenomenon known as whiteness, through the social signs and status attributed to whiteness from the 19<sup>th</sup> century on. Therefore, we are using texts written in the scope of Brazilian Human Sciences, which are highlighted the issue of whitening policy in Brazil, putting them in the dialogue with current writings on white racial identity in the field of Social Psychology, History, Anthropology and Sociology.

**Key words:** Ethnic-racial relations; White Imaginary; Racism; Racial Theories.



\* **DANIARA THOMAZ FERNANDES MARTINS** é mestranda em Antropologia Social (PPGAA/UFPR), bolsista CAPES e licenciada em Ciências Sociais (UEM).

### **De teoria para projeto, o branqueamento antes da ideologia**

Motivados pela teoria racial baseada no racismo científico popularizado durante o século XVIII, a elite intelectual brasileira do século XIX compreendia a humanidade como hierarquicamente classificada em termos de raça. Essa desigualdade, sustentada pelas noções de inferioridade e supremacia racial, tinha como pano de fundo os estudos raciais produzidos na Europa, dos quais o Brasil fora não apenas importador, mas também objeto de estudo e laboratório, tendo em vista sua população racialmente heterogênea devido à invasão europeia e o subsequente tráfico de africanos (CONCEIÇÃO, 2020). Os estudos raciais que surgiram durante este período não se restringiram somente ao ímpeto de compreensão da origem da humanidade e das diferenças raciais que compunham esta última, relacionavam-se também ao advento da modernidade e à consolidação da ciência ocidental moderna que encontrara na raça um potente instrumento de análise dos grupos humanos e suas culturas. A partir desses estudos, tem-se início uma jornada biologizante em torno do conceito de raça, cujas premissas se tornaram fundamentos para as diversas teorias raciais e culturalistas que deram respaldo às vertentes antropológicas do evolucionismo e darwinismo social (HOFBAUER, 2006).

Grosso modo, as questões de cunho racial eram compreendidas sobre duas vertentes teóricas parcialmente divergentes entre si e que predominaram o cenário intelectual-científico durante o século XIX: de um lado, acreditava-se que a humanidade compartilhava de uma linha histórica comum a todas as sociedades, apresentando um progresso evolutivo distinto conforme o grau de desenvolvimento cultural de um povo ou

grupo social; essas premissas compunham a vertente de pensamento monogenista, isto é, defendiam a origem única da humanidade, da qual os antropólogos evolucionistas foram grandes entusiastas. Por outro lado, havia a corrente poligenista, defendida principalmente pelo darwinismo social, em que a humanidade era considerada como composta por raças e espécies essencialmente diversas e de origens distintas e plurais; para este pensamento, a diferença constituiria uma marca permanente da humanidade (SCHWARCZ, 1993).

A despeito das divergências em relação à origem da humanidade apresentada por tais teorias, ambas convergiam em suas considerações acerca da superioridade da raça branca frente às outras raças. Para os monogenistas, a raça branca seria superior, pois este grupo racial teria sido menos prejudicado pelo processo de degeneração, ocasionado por questões climáticas e naturais, inerente à humanidade após o episódio bíblico de expulsão do Jardim do Éden. Os poligenistas, em seu turno, defendiam a supremacia branca com base na superioridade natural da civilização europeia em relação aos outros povos e raças originalmente distintos. Para eles, o percurso próprio desta raça seria o de dominação sobre aquelas outras (CONCEIÇÃO, 2020; p. 28).

Afeita às proposições racialistas europeias, a intelectualidade brasileira vislumbrou na raça um potente instrumento de compreensão e significação do mundo. Em um contexto privilegiado para se pensar as relações raciais, a ciência brasileira encarnou o racismo científico e passou a atribuir ao negro e ao indígena a condição de inferioridade racial, estabelecendo-os enquanto povos barbarizados cujas formas de sociabilidade e cultura

prejudicavam o percurso à civilização e modernização do país. A população brasileira, então, começou a ser considerada sob uma escala de cor na qual a brancura configurava o grau mais alto de civilidade em termos de aspectos culturais e intelectuais dos indivíduos. Com isso, a brancura e o “ser” branco passaram a ser significados mediante uma relação de poder que encontrou na diferença racial um parâmetro de desigualdade e classificação da humanidade. Neste contexto, a ciência brasileira, sobretudo na figura da Antropologia, se tornou um instrumento de poder e hierarquização de povos e culturas a partir de conceitos e categorias estrangeiras empregadas à realidade brasileira e utilizadas como meios para a espoliação colonial e imperial (RAMOS, 1995).

Diante das premissas do determinismo e evolucionismo social, a raça foi equivalida à cultura e ambas se transformaram em princípios constituintes dos Estados-nacionais e das sociedades modernas de modo geral. Com o avanço da literatura antropológica, o conceito de raça foi se aproximando cada vez mais da categoria de povo, tornando-se também um equivalente para a noção de cidadania (KUPER, 1988). Com isso, torna-se necessário que haja um grau relevante de homogeneidade racial e cultural entre a população de um país para que esta seja considerada um povo e, por conseguinte, o país considerado uma nação. Entretanto, o Brasil do fim do século XVIII e início do século XIX não contava com um povo, mas sim com vários, formando uma heterogeneidade de raças e culturas que afetava diretamente o progresso rumo à modernização do país. Essa questão fora abordada como uma preocupação por parte da elite intelectual da época, como

podemos ver na exposição do filósofo Francisco Soares Franco.

he preciso que os seus diversos elementos conspirem todos harmonicamente para produzirem hum final geral: ‘a segurança, e a prosperidade do Estado’. Hum povo composto de diversos povos não he rigorosamente huma Nação; he hum mixto incoerente, e fraco; os diversos usos, e costumes e mais ainda as diversas cores produzem hum orgulho exclusivo, e hum decidido aborrecimento entre as diversas raças (FRANCO, 1821, p. 5 *apud* HOFBAUER, 2006, p. 183).

Havia, ainda, uma preocupação em torno da degeneração da população brasileira em vista do alto número de negros em contraposição à menor quantidade de brancos no país. Esta degeneração, fortemente vinculada à perspectiva do atavismo, firmava-se nas noções biologizantes da categoria raça que respaldavam a teoria monogenista de concepção de origem única da humanidade. Ambas as correntes poligenista e monogenista foram absorvidas pela intelectualidade brasileira, adquirindo representantes teóricos com opiniões divergentes no que tange um tema de alto custo para os pesquisadores e pesquisadoras das relações raciais no Brasil: a mestiçagem. Enquanto para alguns autores, como Oliveira Vianna e Nina Rodrigues, a mistura de raças simbolizava o perigo da degeneração da raça branca por meio do atavismo. Para outros teóricos das questões raciais, como Gilberto Freyre e Sílvio Romero, a mestiçagem e seu fruto direto, o mulato, representavam algo de positivo exatamente por possibilitar o branqueamento das raças negra e indígena e, por conseguinte, o progresso e a civilização do país.

### **A ideologia do branqueamento no Brasil: quanto mais branco, melhor**

Com a chegada da abolição ao fim do século XIX, um grande obstáculo interpôs-se entre a nação brasileira e a almejada modernidade baseada nas sociedades europeias (AZEVEDO, 1987). Tratava-se da grande massa de negros e negras recém-libertos que, condicionados ao trabalho escravo, não dispunham dos requisitos necessários para adentrarem o sistema econômico competitivo fundamentado no trabalho assalariado, impedindo, portanto, a consolidação de um Estado moderno que deixaria para trás a já mal vista e retrógrada escravidão (FERNANDES, 2008; HOFBAUER, 2006). A principal questão em torno do grande número de negros libertos pairava sobre a ruptura das relações escravo-senhor que até então regulamentavam e controlavam o modo de vida dos escravizados, inclusive daqueles alforriados. Tais relações configuravam-se por vínculos de dependências que faziam as vezes de um Estado ineficaz em termos de garantia de direitos, nas quais questões de domínio público eram absorvidas pelo âmbito privado da Casa-grande, sobretudo no que tange os tratamentos concedidos aos escravizados.

Entre a necessidade de controle do grande número de negros libertos e a urgência de formação do Estado nacional moderno, a ideologia do branqueamento e o seu ideal de brancura surgem como uma solução eficaz para o problema de degeneração de negros e mulatos e o atraso político e econômico do país, uma vez que atribuiu à cor e à raça branca o signo de status social elevado, possibilitando a ascensão social por meio do ato de embranquecer-se. É neste contexto que dois movimentos importantes ocorrem no percurso das questões raciais em nosso país.

O primeiro movimento se refere à guinada positiva em torno da figura do mulato, a partir da década de 1930, com as produções teóricas na área das ciências sociais com nomes como o de Gilberto Freyre (1933). Essa nova representação atribuída à imagem do mestiço denota, além de uma promoção em relação ao projeto de branqueamento, uma investida rumo à produção de um povo genuinamente brasileiro. Propensos ao tema da modernidade, ensaístas das questões raciais no Brasil enxergaram no mulato a oportunidade de uma homogeneidade racial brasileira e, conseqüentemente, da constituição de uma nação com um povo e uma cultura unificada (ARAÚJO, 2006). Como resultado disso, a ideia de que o Brasil seria um país harmonioso e pacífico em termos raciais, impressa na figura do mestiço, fizera emergir o mito de que o racismo por aqui seria impraticável.

O segundo movimento é representado pelas políticas imigrantistas que têm início ainda em 1840 no estado de São Paulo e atingem seu auge no país durante o século XIX. As políticas de imigração de mão-de-obra europeia estavam intrinsecamente ligadas ao projeto de branqueamento da nação e à transição do sistema escravista para o capitalismo competitivo. Em sua obra “A integração do negro na sociedade de classes” (2008), Florestan Fernandes apresenta um quadro de evolução da onda imigrantista na cidade de São Paulo: entre 1925 e 1929 o número de imigrantes europeus era de 171.727, entre 1930 e 1934 o número diminui para 105.393, contudo, nos anos entre 1935 e 1939 a taxa de imigrantes em São Paulo basicamente triplica subindo para 330.471.

Como explanado em outro texto (COSTA; THOMAZ, 2020, p. 164), Fernandes defendia a tese de que as “deformidades consequentes do trabalho escravo impediam o negro de ser introduzido ao sistema de trabalho livre assalariado”. O europeu, afeito ao regime de trabalho capitalista, obtivera êxito em sua missão civilizatória no Novo Mundo, reafirmando as configurações raciais hierárquicas entre negros e brancos, africanos e europeus e conformando racialmente as dissensões culturais entre tais povos, como bem sinalizou Azevedo (1987, p. 61-2):

Assim, a velha preocupação com a ausência de um povo e a heterogenia sócio-racial ganhou novos contornos nas análises dos imigrantitas. É que, ao invés de simplesmente constatar aquilo que já era secularmente de senso comum — a inferioridade de negros e mestiços — e passar em seguida a tratar de sua incorporação social, estes reformadores tentaram compreender o que reconheciam como diferenças raciais e a partir daí derivar suas propostas. A implicação disto é que a idéia da inferioridade dos africanos, vista até então em termos do seu “paganismo” e “barbarismo” cultural, começou a ser revestida por sofisticadas teorias raciais, impressas com o selo prestigioso das ciências.

Importante frisar que a ideologia escravista condicionou o negro e demais aspectos da negritude à figura do escravo, na medida em que também associou o branco à condição de homem livre. Com o fim da escravidão, tais associações se modificaram, mas não a ponto de alterarem a imagem de inferioridade concedida aos negros e a de superioridade atribuída aos brancos. Neste prisma, o branqueamento emerge não somente como uma forma de acesso para a população negra aos espaços da

sociedade negados aos escravizados, mas também como um método de transformação de um Estado escravista atrasado para um Estado-nação moderno por meio da figura do mulato. Em outras palavras, a ideologia do branqueamento constituiria em si mesma uma ferramenta para a homogeneização racial e cultural do país.

O fim da escravidão, como já dito, implicou na ruptura com as relações de poder entre senhor e escravizado, que configuravam na matéria e na prática as hierarquias raciais entre negros e brancos por meio dos status de proprietário e propriedade. O término de tais configurações demandou um novo tipo de arranjo social que mantivesse as dominâncias e subordinações produzidas no período escravista. Esta manutenção das relações de poder entre ex-escravizados e senhores não ocorrera a partir do sistema econômico como na antiga ordem social, ao menos não somente, ela ocorrera principalmente no plano simbólico e por um viés ideológico de significação e representação positiva da brancura e negativa da negritude. Nesses termos, podemos compreender que a raça, tal qual a concebemos a partir do século XVIII, é tão mais um signo quanto o é uma produção ideológica condicionada aos aspectos históricos e às relações de poder locais aos quais está inscrita (SEGATO, 2005).

Neste contexto ideológico, o mulato emergiu como um local social diferenciado ao distanciar-se da negritude e aproximar-se da brancura por meios de comportamento, vestimenta e status social, permitindo um tipo de passabilidade racial. Tornando-se, assim, um agente de controvérsias acerca das questões raciais e promovendo complexas discussões sobre o futuro racial do país. Em uma análise comparativa sobre a situação racial

brasileira e estadunidense, Eduardo Oliveira e Oliveira (1974) atribui ao mulato de nosso país uma condição social que o distingue do mulato norte-americano. Para ele, o mulato brasileiro dispõe de um lugar social do qual o mulato estadunidense não compartilha. Este lugar diz respeito ao tipo de concepção outorgada à mestiçagem pelo imaginário social brasileiro. A partir da ideologia do branqueamento, então, a mestiçagem no Brasil começa a ser bem quista e amplamente incentivada, não somente por possibilitar o branqueamento da raça negra e frear a degeneração da nação com a imposição da estética social europeia, mas também por produzir esta categoria racial transeunte que, posteriormente, viria a ser o cartão visita da cultura e população brasileira unificadas.

A miscigenação representaria, portanto, a materialização do projeto de branqueamento da nação brasileira e também do ideal da branquira. E, mais do que isso, a miscigenação na figura do mestiço representaria também a impossibilidade de conflitos raciais devido à tendência harmoniosa das relações raciais no país. Gilberto Freyre, um dos principais entusiastas da noção de democracia racial, atribui à mestiçagem a função de conciliação sobre as tradições culturais distintas das raças que compõem o Brasil (BERNARDINO, 2002). Entre as oposições das raças branca e negra, cria-se essa figura mulata que atua como neutralizador das tensões raciais originadas nas violências e explorações proferidas contra as pessoas negras. Assim, dentro dessa perspectiva, o mulato significaria a harmonia racial concretizada pelas relações pessoais e sexuais entre pessoas racialmente distintas, sobretudo entre os homens brancos e as mulheres negras, como

muito defendeu Freyre em sua obra Casagrande e Senzala (1933).

A comunicóloga Liv Sovik (2005, p. 172), pesquisadora da temática da branquitude, explora essa questão ao expor sua preocupação enquanto estrangeira vivendo no Brasil, diz ela que tanto lá, no exterior, como aqui, no Brasil, a mestiçagem “faz sucesso como indicação da singularidade das relações raciais brasileiras, cuja característica principal seria uma falta de conflito aberto e a convivência pacífica de sofrimento e gozo”. Entretanto, é necessário ressaltar que em contextos nos quais a questão racial é menosprezada em benefício de uma questão étnica protagonizada por descendentes de europeus, como ocorre em cidades do sul do país, ou quando esta fusão harmoniosa de tradições diversas se dá por povos, etnias e culturas consideradas brancas e sem a adição do elemento negro, não há, ao menos não que se saiba, o enaltecimento de uma figura mestiça. Neste caso, o que podemos concluir é que esta promoção e enaltecimento em torno do mulato não seria outra coisa, senão a própria ideologia do branqueamento em prática. Em fusões nas quais todas as partes são brancas, descendentes europeias ou, no mínimo, não negras, não há a necessidade de um elemento neutralizante, como é o caso do mulato.

A mestiçagem opera, então, a partir do mito da democracia racial que a permite colocar em prática a ideologia do branqueamento sem que isso seja considerado um problema de origem racista, ao mesmo tempo em que atua por meio da tese de supremacia branca que se institui como princípio fundamental do desejo generalizado de embranquecimento imposto à nação brasileira. Ambas as formas de funcionamento deste movimento de

diluição racial estão intrinsecamente ligadas a outro fenômeno racial nacional: a branquitude. Se o projeto de branqueamento da nação brasileira pode ter seu êxito questionado se considerarmos o número de pessoas negras constituintes da população nacional atualmente, o mesmo não pode ser dito do modo pelo qual concebemos a diferença racial entre pessoas negras e brancas, o que releva nosso condicionamento ao ideal da brancura e aos mecanismos de poder da branquitude. Decerto, a branquitude brasileira emerge como produto da ideologia do branqueamento tanto quanto a mestiçagem e o mulato. Por isso, as relações intrínsecas entre tais fenômenos devem ser atenciosamente analisadas.

### **Branqueamento, ideal da brancura e branquitude**

A partir dos anos 2000, as análises acerca da identidade racial branca começaram a ser consolidadas como área de pesquisa dentro da temática racial no Brasil, a partir do campo de estudos críticos da branquitude. Pesquisadoras como Maria Aparecida Silva Bento (2002), Iray Carone (2002) e Edith Piza (2005) inauguraram esse ramo de estudo das relações étnico-raciais, dando enfoque ao papel do branco dentro da dinâmica racial brasileira. As definições acerca do conceito de branquitude podem encontrar algumas divergências de acordo com a abordagem teórica e/ou empírica dos autores e autoras que se ocuparam em entender este fenômeno. Ainda assim, há algumas convergências sobre o tema que devem ser sinalizadas aqui.

Para Lia Vainer Shucman (2014, p. 56), a branquitude configura uma posição social sistematicamente privilegiada em termos de acesso aos recursos materiais e simbólicos oriundos dos processos de colonialismo e imperialismo, mas que se mantém até os dias atuais. O pesquisador Lourenço Cardoso (2014) compreende a branquitude por meio de duas categorias: a branquitude crítica e a branquitude acrítica. A primeira diz respeito a um tipo de identidade branca que percebe e rejeita os privilégios e vantagens sociais que obtém por sua raça; a branquitude acrítica, na contramão, defende a supremacia branca e manifesta-se abertamente racista. Independentemente do processo de autocrítica, ambas as categorias propostas pelo autor são demarcadas pelos benefícios históricos provenientes da exploração da população negra, assim como o exposto por Schucman.

Movimento semelhante ao de Cardoso fora realizado pela pesquisadora Edith Piza (2005) a partir dos conceitos de branquitude e branquidade. De acordo com a teórica, branquitude seria um termo utilizado para designar o contingente de pessoas brancas que se reconhecem e, conseqüentemente, se contestam enquanto beneficiários do racismo e das desigualdades raciais e seus subseqüentes problemas sociais que afetam negativamente a população negra; a branquidade, por sua vez, configura-se por aqueles indivíduos brancos que se colocam a favor de seus privilégios raciais, se negando à realização da autocrítica e do letramento racial<sup>1</sup>. A psicóloga Maria Aparecida Silva Bento é a intelectual responsável

---

<sup>1</sup> Originalmente *racial literacy*, termo cunhado por France Winddance Twine e traduzido para a teoria racial brasileira pela pesquisadora Lia Vainer Schucman (2014). O termo diz respeito à prática de reeducar as pessoas, sobretudo pessoas

brancas, a partir da perspectiva antirracista e com base em cinco fundamentos: i) o reconhecimento da branquitude; ii) a compreensão de que o racismo é um fato contemporâneo e não apenas histórico; iii) o entendimento de que identidades

pela adesão do termo branquitude para designar a identidade racial branca no cenário intelectual brasileiro. Foi a partir de sua tese de doutorado, publicada em 2002, sobre a temática da branquitude no contexto empresarial e no poder público, que os estudos críticos sobre identidade racial branca passaram a se concentrar em torno do conceito de branquitude (Cardoso, 2014).

No livro “Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil” (2014), Bento apresenta um capítulo sobre as interfaces entre branqueamento e branquitude no contexto brasileiro. A psicóloga indica que para compreendermos as relações entre branquitude e o processo de branqueamento é necessário entendermos a projeção do branco sobre o negro. Fazendo coro ao posicionamento intelectual de Guerreiro Ramos (1954) em relação à subalternidade epistemológica das ciências sociais nacionais, Bento informa que o modo de abordagem da intelectualidade brasileira sobre a questão do branqueamento enquanto um problema exclusivo das pessoas negras é impulsionado, na realidade, pelo medo da elite branca brasileira, do final do século XIX e início do século XX, acerca do crescente número de pessoas negras no país. A expectativa sobre o branqueamento total da população nacional, representada pela imagem de uma nação racialmente em transição por vias da miscigenação, segundo ela, era entusiasmada tanto pela classe científica quanto pelos setores artístico, jornalístico e publicitário do país.

Anos antes, ainda no século XX, ao dissertar sobre a patologia social do branco brasileiro, Guerreiro Ramos

(1995) também teceu duras críticas às perspectivas unilaterais aplicadas pelas ciências sociais brasileiras para compreender as relações raciais no país. Problematizando a tematização absoluta da população negra pela elite intelectual, o sociólogo encontra nos estudos sobre o branco brasileiro uma possibilidade de reversão dos equívocos constituídos pela, assim por ele intitulada, sociologia do negro. Segundo ele, os problemas étnico-raciais do país estariam relacionados à negação das heranças étnico-raciais e culturais dos povos africanos e indígenas e à superavaliação da herança europeia. Para ele, o processo de europeização do mundo, ou globalização, afetou as sociedades e culturas não-ocidentais de modo a produzir um tipo de patologia social que consiste na “adoção, pelos indivíduos de determinada sociedade, de padrão estético exógeno, não induzido diretamente da circunstância natural e historicamente vivida” (RAMOS, 1995, p. 194).

A ideologia do branqueamento estaria atrelada, portanto, a este problema de psicologia coletiva que atua por duas vias: por um lado, a situação do branco etnocêntrico que, ao rejeitar a constituição negra da nação brasileira, acaba por produzir um tipo de cultura nacional fragmentada; e, do outro lado, o próprio negro que afeito ao branqueamento padece de uma divisão psicológica entre sua identidade racial massacrada e o desejo de tornar-se branco. Segundo Guerreiro Ramos, a sociologia produzida sobre o negro em nosso país indica uma condição de anomalia atribuída aos integrantes da raça negra que, por esta perspectiva, são considerados como naturalmente

---

raciais não são naturais, mas sim aprendidas socialmente; iv) a apropriação de um vocabulário racial no sentido de denominar o universal e a

norma e, por último, v) a adesão da capacidade de interpretação dos símbolos e atitudes racializadas.

opostos aos valores e normas da branca prezadas socialmente. Neste cenário, a projeção do branco sobre o negro é materializada pela rejeição da identidade racial por parte das pessoas negras e, conseqüentemente, também pelo enaltecimento da branca e todos os elementos que a compõe.

Uma das principais características da branquitude, apontada por diversos pesquisadores e pesquisadoras (GARNER, 2007; FRANKENBERG, 2004; hooks, 1992), define-se pela sua ausência de demarcação racial. De acordo com Piza, esta não demarcação se dá em termos de uma neutralidade racial que paira sobre a população branca, constituindo a branquitude enquanto um fenômeno racial que mantém sua racialização, isto é, sua socialização em termos de raça, de modo latente, como está colocado abaixo:

Um negro representa todos os negros. Um branco é uma unidade representativa apenas de si mesmo. Não se trata, portanto, da invisibilidade da cor, mas da intensa visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais, para uns, e a neutralidade racial, para outros (PIZA, 2014; p.72).

Para Bento, essa neutralidade que perpassa a experiência racial de pessoas brancas diz respeito, na realidade, a um pacto narcísico intermediado pelo silêncio acerca da identidade racial branca e, principalmente, dos privilégios simbólicos e materiais que têm início com a colonização e escravidão e perduram até hoje. Assim, as pessoas brancas se isentam racialmente e, respaldadas por anos de produções acadêmicas sobre o problema do negro, encaram o racismo somente como uma questão atribuída ao negro e nunca ao branco. Deste modo, os processos de exploração e escravização da população

negra são historicamente negligenciados mediante as narrativas que colocam ao encargo das pessoas negras o racismo e a discriminação racial.

Já para Lourenço Cardoso, a não demarcação racial de pessoas brancas está vinculada ao processo de normatização da branca. Ou seja, a identidade racial branca não é sinalizada, pois há um movimento de atribuir ao sujeito branco a condição de ser humano por excelência. Como resultado disso, ao pensarmos as raças, visualizamos os grupos raciais negros, indígenas e asiáticos, por exemplo, mas tratamos como exceção a população branca que, neste contexto, se apresenta enquanto “desracializada”. Este movimento de anulação da identidade racial da população branca por meio da normatização da branca, em seu turno, está relacionado aos efeitos das premissas raciais supremacistas e, certamente, ao ideal da branca que atribui a esta condição sociorracial a primazia da humanidade. Logo, ao ser alocada como símbolo de superioridade racial, a raça branca não passa a ser considerada somente como a mais desenvolvida em termos de racionalidade, cultura e organização social, mas também é figurada como a quinta essência da humanidade, tornando-se, assim, a unidade representativa da categoria humano.

A identidade branca impõe-se na História e na cultura de forma dissimulada. O branco é onipresente, ao mesmo tempo em que se esconde. O branco se expressa como Drácula ou como Narciso. “Ele não se enxerga” e/ou “come a si mesmo”. Ele não precisa realizar uma autocritica porque é o modelo “melhor acabado”, o padrão mais desenvolvido de humanidade (CARDOSO, 2014, p.152).

Como é possível verificar, os apontamentos em torno da definição de branquitude, ainda que não homogêneos, indicam uma forte relação entre ideologia do branqueamento e a branquitude brasileira. Os aspectos destacados acima implicam nessa complexa superioridade atrelada ao sujeito branco e à brancura, configurando, portanto, os resultados de uma política ideológica e populacional de branqueamento que se instalou em nossa cultura, atingindo drasticamente aquilo que temos por identidade nacional. Desta forma, os sentidos e signos atribuídos a branquitude de nosso país devem ser compreendidos sob a atuação e eficácia dessa política que se transformara também em um processo histórico.

### Considerações finais

A partir da discussão apresentada ao longo do texto, concluímos que a ideologia do branqueamento, enquanto processo histórico fundamental para a compreensão das relações raciais em nosso país, constitui-se como um dos mecanismos ideológicos pelos quais a branquitude brasileira foi formada e, contemporaneamente, encontra seus meios de funcionamento e manutenção no que tange às hierarquias e relações de poder entre as raças. O ideal da brancura, representada como o estágio evoluído da humanidade, afetou diretamente nossas percepções acerca dos grupos raciais, produzindo assimetrias significativas em nossas formas de conceber os fenótipos raciais brancos e negros. Assim, aquilo que se atrela à brancura é considerado como de maior valor ou estima e a estética social da mesma se torna um parâmetro generalizado de humanidade, isto é, aquilo que se deve ser, assemelhar e almejar.

A branquitude brasileira, portanto, simboliza os efeitos da ideologia do branqueamento na prática. Se definindo, então, como um fenômeno racial orientado por teses supremacistas, classificações hierárquicas da humanidade e privilégios simbólicos e materiais mantidos pelo silêncio acerca da violência e da exploração em torno dos anos de escravidão em nosso país. Respalhada pelo mito da democracia racial que, ainda hoje, atua sobre o imaginário social brasileiro, a branquitude brasileira mantém-se em funcionamento enquanto se oculta nos trajes da universalidade isentos de racialização (CARDOSO, 2014). Do mesmo modo, o ideal da brancura atinge sua materialidade na medida em que se integra às perspectivas popularmente compartilhadas acerca dos valores sociais atribuídos aos grupos raciais, assimilando as hierarquias entre tais grupos a partir de discursos quotidianos que se camuflam em opiniões produzidas no âmbito individual e pessoal.

### Referências

- ARAÚJO, J. Z. A força de um desejo – a persistência da branquitude como padrão estético audiovisual. **Revista USP**. São Paulo, n. 69, p. 72-79. março/maio de 2006.
- AZEVEDO, C. Ma. M. de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. Em: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 25-59.
- BERNARDINO, J. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, V. 24, n. 2, pp. 247-273, 2002.
- CARDOSO, L. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil**. 2014. 290f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais,

Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014.

CONCEIÇÃO, W. L. da. **Branquitude**: dilema racial brasileiro. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.

COSTA, H.; THOMAZ, D. A questão racial na obra de Florestan Fernandes: notas introdutórias. Em: COSTA, H. **Perspectivas da sociologia no Brasil**. Curitiba, Máquina de Escrever, 2020, p. 158-185.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes** (o legado da “raça branca”). Volume 1. São Paulo: Globo, 2008.

FRANKENBERG, R. A mirage de uma branquitude não-marcada. In: WARE, V. **Branquitude**: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 307-339.

GARNER, S. **Whiteness**: an introduction. New York: Routledge, 2007.

HOFBAUER, A. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

hooks, b. **Black looks**: race and representation. London: Turnaround, 1992.

KUPER, A. **The invention of primitive society**: transformation of an illusion. New York: Routledge, 1988.

OLIVEIRA, E. de O. e. O mulato um obstáculo epistemológico. **Argumento**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p.65-74. 1974.

PIZA, E. Adolescência e racismo: uma breve reflexão. In: **Simpósio Internacional do**

**Adolescente**, Ano 1. São Paulo, 2005. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000082005000100022&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000100022&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 18 de março de 2021.

PIZA, E. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 59-91.

RAMOS, A. G. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RAMOS, A. G. O problema do negro na sociologia brasileira. **Cadernos de Nosso Tempo**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 189-220, 1954.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1897-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEGATO, R. L. Raça é signo. **Série Antropologia**. Brasília, 2005.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2014.

SOVIK, L. Por que tenho razão: branquitude, Estudos Culturais e a vontade de verdade acadêmica. **Contemporânea**, v. 3, n. 2, p. 159-180, 2005.

Recebido em 2021-07-30  
Publicado em 2021-09-01